



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

PROCESSO Nº 155/2016/2016

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O Município de Ventania torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, **do tipo menor preço por lote**, de conformidade com a Lei nº 10.520 de 17/07/2002 subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pelas condições previstas neste Edital.

I – RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

1.2. A realização da sessão do Pregão será no dia quatro de agosto de 2016, às quatorze horas, na Av. Anacleto Bueno de Camargo nº 825, em Ventania, Paraná.

1.2.1. O recebimento dos envelopes dar-se-á até às quatorze horas do dia quatro de agosto de 2016, no início da sessão do Pregão.

1.3. Após o horário estabelecido não será recebido nenhum envelope.

II - DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica devidamente constituída para prestação de serviços de reforma dos ônibus de placas IHR-7937 e BWD-7783, de uso da Secretaria Municipal de Educação, para transporte escolar, conforme discriminados e especificados no anexo I do presente Edital.

2.2. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constantes deste Edital e seus Anexos e, que detenham atividade pertinente e compatível com o seu objeto.

3.1.1. O interessado arcará com todo custo decorrente da elaboração e apresentação de sua proposta.

3.2. Será vedada a participação de empresas impedidas por força da lei, inclusive, as declaradas inidôneas, tão pouco empresas estrangeiras que não funcionam e/ou não estejam autorizadas a operar no país, bem como, não serão aceitos consórcios de empresas.

3.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar participar do certame para o tratamento diferenciado com os benefícios da LC 123/06 deverão declarar essa situação (por meio de DECLARAÇÃO no credenciamento ou na proposta de preços), cabendo ao Pregoeiro, no momento de lances, anunciar aos participantes a existência de licitantes com esses benefícios. Hipótese em que, para fins deste edital, serão identificadas como MPE.

IV - DA FORMA DE CREDENCIAMENTO PARA REPRESENTAÇÃO

4.1. A empresa proponente interessada em se fazer representar e apresentar lances na sessão de realização do Pregão deve credenciar pessoa que venha a responder pela empresa, por meio de carta de credenciamento com firma reconhecida, ou procuração pública, a ser entregue ao Pregoeiro no início da sessão de realização do Pregão, sendo que o representante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, de representar a proponente durante a sessão pública deste Pregão.

4.1.1. O representante credenciado, munido de carta de credenciamento, deverá identificar-se através de apresentação de RG ou outro documento equivalente, e cópia do Contrato Social e suas Alterações, da empresa que representa. Na hipótese de não haver credenciamento de representante, a proponente ficará excluída da etapa de lances verbais e será mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, inclusive, ficando impedida de declarar a intenção de interpor recurso.

4.1.2. Se o representante for sócio administrador, proprietário ou procurador fica dispensado da apresentação de carta de credenciamento, devendo apresentar cópia autenticada do contrato social e suas alterações, e/ou da procuração, identificando-se com RG ou outro documento equivalente ou, terá os mesmos impedimentos acima citados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

4.1.3. Se as cópias do Contrato Social, bem como suas Alterações, e da procuração se for o caso, não forem autenticadas por cartório, deverá ser apresentado junto com as mesmas, os originais para conferência e autenticação pelo Pregoeiro, ou membros da Comissão de Licitação.

4.2. A proponente deverá apresentar juntamente com o credenciamento e os envelopes, a **Declaração** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, consoante o disposto no art. 4º, inc. VII da Lei 10.520/02, conforme o modelo constante do **ANEXO V**, considerando que se por qualquer motivo esta declaração estiver acoplada nos envelopes de documentação ou proposta, estando presente o representante e devidamente com poderes, será autorizado abertura e retirada do documento acima exigido em sessão na presença dos demais, na sua falta será a mesma manuscrita no ato.

Nota: A declaração exigida acima, deverá ser apresentada **fora** dos envelopes, e junto com os documentos de credenciamento, haja vista que esta deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro.

V - DA FORMA DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DA ABERTURA

5.1. Os envelopes “A” - Proposta de Preços e “B” - Documentos de Habilitação, deverão ser entregues no início da sessão, no horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

Pregão Presencial nº 26/2016

ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

Pregão Presencial nº 26/2016

ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇO

5.1.2. Não Serão aceitos o encaminhamento dos envelopes e credenciamento por via postal.

5.2. A sessão de recebimento, abertura, exame e julgamento de proposta, de documentos e procedimentos relativos ao Pregão será em ato público, dirigida pelo Pregoeiro e acompanhado da Equipe de Apoio, sendo realizada de conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinado no item I deste edital.

5.3. Após encerrado o recebimento do credenciamento e envelopes, não serão admitidos novos representantes.

VI - DA PROPOSTA DE PREÇOS - envelope A

6.1. A proposta de preços deverá ser preenchida no arquivo digital fornecido com o presente edital, em todos os campos obrigatórios, impressa por computador, estar devidamente assinada pelo responsável legal, proprietário ou procurador da proponente, com poderes para tal.

6.1.1. A proposta impressa não poderá conter emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverá ser elaborada de acordo com o **Anexo IV**, contendo:

a) a razão social, CNPJ, inscrição estadual se for o caso, endereço, telefone, e-mail, este último se houver, para facilitar o contato;

b) O **preço unitário de cada item do lote**, ofertado com apenas duas casas decimais, em moeda corrente nacional (R\$);

c) o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega;

d) No caso de MPE apresentar declaração de que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo. (Esta declaração servirá somente para que a empresa venha a usufruir dos benefícios da referida Lei, a falta desta declaração não excluir sua participação).

e) Declaração, conforme modelo constante do Anexo VI a este edital, em cumprimento à Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 16 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob pena de desclassificação.

6.1.2. O arquivo digital que gerou a proposta impressa deverá ser gravado em mídia CD ou PEN DRIVE, e deverá acompanhar a proposta impressa.

6.2. No preço deverá estar incluso todas as despesas necessárias para a perfeita execução dos serviços objetos da presente licitação, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais.

6.3. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.3.1. Será desclassificada a proposta que não atender às exigências do presente Edital e seus anexos, que seja omissa ou apresente irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

6.5. Após entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

VII - DOS DOCUMENTOS REFERENTE À HABILITAÇÃO – envelope B

7.1. O envelope contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômica-financeira e fiscal, deverá conter:

a) Declaração do proponente, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo. (em função do disposto no art. 97), conforme **anexo II**;
b) Declaração do proponente, afirmando a veracidade dos documentos apresentados; a sujeição aos termos deste Pregão e o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo utilizar-se do modelo contido no **anexo III**;

c) Registro Comercial (no caso de empresa individual); Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (no caso de sociedades comerciais) e acompanhado no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

Nota: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e se apresentados junto ao credenciamento não será necessário sua reapresentação dentro do envelope.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo a Seguridade Social, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos em Geral, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

g) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com FGTS, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CNDT) com TST conforme a Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011 (DOU de 08/07/2011), ou outra equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

j) Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, comprovando o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (exclusivamente para as MPE). Poderá ser apresentado em substituição à Certidão, o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ com a denominação “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou sua respectiva abreviação “ME” ou “EPP”.

k) Alvará de funcionamento da empresa;

7.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação na imprensa oficial. Será aceita somente cópia legível, não sendo aceito documento cuja data esteja rasurada, facultado ao Pregoeiro, a qualquer tempo, se assim entender necessário, em caso de cópia autenticada ou publicação em órgão oficial, exigir o respectivo original p/ conferência.

7.3. Os documentos emitidos em **língua estrangeira** deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

7.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos solicitados para habilitação deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ ou outro equivalente, além do endereço respectivo, sendo dispensados dessa preferencialidade aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos com a ausência destas informações, devido à forma ou padronização do órgão emissor.

7.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou protocolos de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e, em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido protocolizados no envelope respectivo, salvo exigência do Pregoeiro na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital.

7.6. Documento apresentado com validade expirada acarretará a inabilitação da proponente. O documento que não possuir prazo de validade, **somente será aceito com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação da proposta**, exceto atestado.

7.7. Havendo restrição na documentação fiscal, nos casos de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, amparadas pela LC 123/06, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis prorrogáveis por igual período a critério



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

da Administração, para a apresentação dos comprovantes de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito de contratação.

VIII - DO PROCEDIMENTO, DOS LANCES E DO JULGAMENTO

8.1. Aberta à sessão, após conferência dos documentos de credenciamento dos interessados, proceder-se-á à imediata abertura dos envelopes de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

8.2. A classificação da proposta será efetuada pelo **menor preço global para o lote**, sendo classificado pelo Pregoeiro o proponente que apresentar proposta com menor preço para o lote e os demais proponentes que apresentarem propostas com preços até 10% (dez por cento) superior à de menor preço para o lote.

8.2.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços ofertados;

8.2.2. Caso haja 3 (três) propostas escritas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço para o lote, todas as demais com percentuais acima dos 10% (dez por cento) serão **desclassificadas**.

8.3. Em seguida será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, onde o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor a serem formulados de forma sucessiva, em valores distintos com intervalos. Caso haja empate o Pregoeiro realizará sorteio para determinar a ordem de lances.

8.3.1. Dos lances ofertados não caberá retratação, ou seja, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital e da legislação pertinente.

8.3.2. É vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como superior ao menor preço praticado no momento do lance, e a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará exclusão do proponente da etapa competitiva de lances verbais e na manutenção do seu último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.3.3. Caso não se realizem lances verbais, após observadas todas as exigências estabelecidas para o tratamento diferenciado das MPE, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.3.4. Na hipótese da proposta mais bem classificada não ser apresentada por uma MPE e se houver proposta apresentada por MPE igual ou até 5% superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.4.1. Será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como MPE.

8.3.4.2. A prerrogativa do direito de preferência (lance final) é exclusiva para as MPE, onde o novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado logo após a correspondente inquirição do Pregoeiro, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.3.4.3. Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5%, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.

8.3.5. Na hipótese de nenhuma MPE exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (não MPE).

8.4. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.4.1. Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, será desclassificada e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, unitariamente.

8.4.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda as manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, inclusive, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

8.4.3. A aceitação da proposta apresentada para esta licitação, somente ocorrerá após conferência dos preços e verificação das especificações propostas, devendo ser recusado o item caso não atenda em seu todo às condições previstas nesta licitação, ou se mostre incompatível com os padrões de qualidade aceitáveis.

8.4.4. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todos para, no prazo de 8 (Oito) dias, apresentarem novas propostas, conforme previsto no art. 48, § 3º da Lei 8.666/93.

8.5. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no item IX deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

8.5.1. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

8.5.2. Se o proponente desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.6. Nas situações previstas nos **itens 8.4.1 e 8.5.2** o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão, haja vista que as normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

8.8. Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes de "**Documentação**" em uma única sessão, parcial ou totalmente, em face do exame com os requisitos do edital, ou, ainda, os trabalhos, tais como: (*etapa competitiva de lances verbais*) não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

8.8.1. Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho pelos presentes, ficarão em poder do Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8.9. Cabe ao Pregoeiro durante a realização deste Pregão:

8.9.1. coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

8.9.2. receber, examinar e decidir as impugnações ao Edital;

8.9.3. iniciar a sessão pública do pregão;

8.9.4. receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

8.9.5. receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

8.9.6. receber os envelopes das propostas e dos documentos de habilitação;

8.9.7. proceder a abertura dos envelopes das propostas, examiná-las e classificá-las;

8.9.8. conduzir a etapa competitiva dos lances;

8.9.9. proceder a classificação dos licitantes depois de encerrados os lances;

8.9.10. indicar a proposta ou o lance de menor percentual e a sua aceitabilidade;

8.9.11. proceder a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas e verificar a regularidade das documentações apresentadas a fim de declarar o vencedor;

8.9.12. negociar diretamente com o licitante para que seja obtido valor menor;

8.9.13. adjudicar o objeto da licitação ao licitante da proposta de menor valor, desde que não tenha havido recurso;

8.9.14. receber, examinar, instruir e decidir sobre recursos e, quando mantida a sua decisão, encaminhar os autos à autoridade superior para deliberação;

8.9.15. elaborar, juntamente com a equipe de apoio, a ata da sessão pública;

8.9.16. adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, depois de decididos os recursos porventura interpostos;

8.9.17. encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

8.9.18. no julgamento da habilitação e das propostas, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.9.19. todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes na sessão pública.

8.10. Cabe à Assessoria Jurídica durante a realização deste Pregão:

8.10.1. prestar esclarecimentos jurídicos ao Pregoeiro, à Equipe de Apoio e à Comissão de Licitação, quando necessário;

8.10.2. elaborar parecer no caso de revogação ou anulação do Pregão.

IX - DA HOMOLOGAÇÃO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Homologado o presente Pregão, será formalizada a contratação, com a adjudicatária e, se for o caso, com as demais proponentes que aceitar prestar os serviços pelos preços da primeira, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

9.2. O Município poderá, quando a convocada não comparecer ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das cominações a ela previstas neste Edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo, mantido o preço do primeiro classificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

9.3. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando a proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global adjudicado, além de decair no direito a contratação.

9.4. O licitante e/ou o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

9.5. As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.6. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

9.7. Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 9.8.

9.8. Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 9.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

9.9. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

9.10. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

9.11. A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

9.12. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

9.13. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

9.14. Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

9.15. A aplicação da multa a que se refere o item 9.4 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

9.16. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

9.16.1. recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

9.16.2. não manter sua proposta;

9.16.3. incorrer em inexecução contratual.

9.17. A aplicação da sanção prevista no item 9.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ventania.

9.18. Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

9.19. A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

9.19.1. fizer declaração falsa na fase de habilitação;

9.19.2. apresentar documento falso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

- 9.19.3.** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- 9.19.4.** afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 9.19.5.** agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- 9.19.6.** tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.19.7.** demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- 9.19.8.** tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 9.20.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ventania/PR.
- 9.21.** A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- 9.22.** As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- 9.23.** às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 9.24.** às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.
- PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 9.25.** As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- 9.25.1.** o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- 9.25.2.** o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- 9.25.3.** o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- 9.25.4.** caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- 9.25.5.** quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- 9.25.6.** concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 9.25.7.** transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;
- 9.25.8.** todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e
- 9.25.9.** da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

X - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá, formalmente, solicitar por escrito em original e protocolar no protocolo geral da Prefeitura, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre o seu acolhimento. Se acolhida a petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 10.2.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista aos autos, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro à vencedora.
- 10.2.1.** O pregoeiro decidirá sobre a reformulação de sua decisão, ou em caso contrário, encaminhará o recurso à assessoria jurídica, acompanhado da devida informação, para exame e posterior decisão pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que, o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.2.2.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos licitantes na Divisão de Licitação, nos dias úteis, das 9:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

10.3. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata, onde o Pregoeiro aceitará apenas recurso que tenha fundamento na lei, não sendo conhecidos os recursos interpostos, enviados por fax ou e-mail (Internet) e vencidos os respectivos prazos legais.

10.3.1. O recurso dirigido ao Pregoeiro, deverá ser apresentado em envelope devidamente fechado, constando de sua face os seguintes dizeres:

Pregão Presencial nº 26/2016

PROPONENTE: _____ (nome da empresa)

Ref.: **Recurso Administrativo**

10.3.2. A proponente interessada deverá anexar um Requerimento cuja finalidade seja a solicitação de protocolo do Recurso junto ao Setor de Protocolo desta Prefeitura, podendo utilizar-se do modelo constante do **anexo VII**.

XI - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO RECURSO UTILIZADO

11.1. O pagamento será efetuado após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestadas pela Secretaria Municipal solicitante dos serviços, em conta corrente de titularidade da contratada, em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal.

11.2. A proponente contratada deverá apresentar junto com a nota fiscal:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que deverão estar em plena validade na data de emissão de nota fiscal.

b) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, que deverão estar em plena validade na data de emissão de nota fiscal.

c) Para cobertura das despesas com o objeto da presente licitação, serão utilizados recursos consignados no orçamento geral do Município, nas seguintes dotações orçamentárias, mas sem se limitar as mesmas:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2016	1330	08.001.12.361.0012.2022	0	3.3.90.39.19.99	Do Exercício

XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fica reservado ao Município o direito de revogar ou anular a presente licitação, ainda que após o julgamento, sem que assista a qualquer proponente o direito a indenizações, garantindo o contraditório e a ampla defesa, sendo que a licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e de quaisquer documentos relativos a esta licitação, onde o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, inclusive nenhuma indenização será devida à licitante por esse fim.

12.2. A apresentação da proposta silente quanto às informações acerca de: condições de pagamento, de entrega e validade da proposta, acarretará na aceitação tácita das condições mínimas do Edital, sendo que, a simples apresentação da proposta à presente licitação leva ao entendimento de que a licitante concorda com os termos deste Pregão e com as disposições das Leis que o regem, não será exigida a prestação de garantia, para a contratação decorrente deste PREGÃO.

12.3. O Pregoeiro e Equipe, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, sendo a licitante responsável pela fidelidade e legitimidade da informação e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.4. A falta de assinatura nos documentos pertinentes ao certame licitatório poderá ser suprida, estando presente o representante desde que devidamente investido com poderes para tal fim.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer impedimento para a realização do Pregão na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário, inclusive, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só iniciando-se e vencendo prazos em dias de expediente na Prefeitura deste Município.

12.6. Os envelopes de **“Documentação”** não abertos ficarão à disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que serão destruídos por esta Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

12.7. Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitando as disposições da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações e, subsidiariamente das normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e legislação vigente sobre a matéria do objeto deste Pregão.

12.8. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial do Município, salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes credenciados presentes ao evento, ou, ainda, encaminhado por e-mail.

12.9. Fica eleito o foro da Comarca de Tibagi para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Pregão.

XIII - DOS ANEXOS DO EDITAL

13.1. Integram o presente edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Termo de Referência.
- Anexo II - Modelo de declaração de inidoneidade.
- Anexo III - Modelo de declaração da veracidade dos documentos.
- Anexo III - Modelo de declaração de sujeição aos termos do edital.
- Anexo III - Modelo de declaração do cumprimento do art. 7º da CF.
- Anexo IV - Modelo de Declaração (Lei nº 10.520/2002).
- Anexo V - Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta.
- Anexo VI - Modelo de requerimento de protocolo de recurso.
- Anexo VII - Modelo de Declaração de que possui condições mínimas, bem como, ferramentas e equipamentos para execução dos serviços.
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Vedação ao Nepotismo.
- Anexo IX - Minuta do Contrato.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, aos vinte e um dias de julho de 2016.

José Luiz Bitencourt
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

Página: 1

Município de Ventania
Pregão Presencial 26/2016
PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

Fornecedor:

CNPJ: . / -

Endereço:

Inscrição Estadual:

Representante:

Endereço representante:

E-mail representante:

Banco:

Contador:

CPF: . . .

E-mail:

Telefone:

Fax:

Telefone contador:

Celular:

Telefone representante:

Data de abertura:

RG:

Conta:

Agência:

Lote: 001	Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	SVÇO	Preço Máximo	Marca	Preço Unitário	Preço Total
001	001	SERVIÇOS DE REFORMA ONIBUS MARCOPOLO COLOCAÇÃO DE 03 CHAPAS DE ALUMINIO REFORMA TROCA DE LATERAL INTERNA COLOCAÇÃO DE 20 BANCOS DUPLIOS E 2 SIMPLIS COLOCAÇÃO DO VIDRO TRASEIRO VIGIA COLOCAÇÃO DE ADSIVOS SERVIÇOS DE PINTURA PADRÃO MEC	1,00	SVÇO		31.380,00			0,00
002	002	SERVIÇOS DE REFORMA ONIBUS BUSSCAR COLOCAÇÃO DE 05 CHAPAS DE ALUMINIO REFORMA TROCA DE LATERAL INTERNA REVISÃO PARTE ELÉTRICA COLOCAÇÃO DE ADSIVOS SERVIÇOS DE PINTURA PADRÃO MEC	1,00	SVÇO		12.196,66			0,00

PREÇO TOTAL DO LOTE : 0,00
TOTAL DA PROPOSTA : 0,00

CNPJ: . / -

seProposta - Versão: 1.13.8

21/07/2016 16:13:58



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO, DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO

1.1. Constitui-se objeto deste termo a contratação de pessoa jurídica devidamente constituída para prestação de serviços de reforma dos ônibus de placas IHR-7937 e BWD-7783, de uso da Secretaria Municipal de Educação, para transporte escolar, conforme discriminados a seguir:

LOTE: 1 - Lote 001

Item	Código do serviço	Nome do serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	13093	SERVIÇOS DE REFORMA ONIBUS MARCÓPOLO COLOCAÇÃO DE 03 CHAPAS DE ALUMINIO. REFORMA TROCA DE LATERAL INTERNA. COLOCAÇÃO DE 20 BANCOS DUPLOS E 2 SIMPLES. COLOCAÇÃO DO VIDRO TRASEIRO VIGIA. COLOCAÇÃO DE ADSIVOS. SERVIÇOS DE PINTURA PADRÃO MEC	1,00	SVÇO	31.380,00	31.380,00
2	13094	SERVIÇOS DE REFORMA ONIBUS BUSSCAR COLOCAÇÃO DE 05 CHAPAS DE ALUMINIO. REFORMA TROCA DE LATERAL INTERNA. REVISÃO PARTE ELÉTRICA. COLOCAÇÃO DE ADSIVOS. SERVIÇOS DE PINTURA PADRÃO MEC	1,00	SVÇO	12.196,66	12.196,66
VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE R\$						43.576,66

1.2. Os serviços serão realizados conforme forem sendo necessários.

1.3. A contratada não poderão subcontratar os serviços objeto contratados.

1.4. Para os fins de licitação considera-se:

1.5. A Estimativa de Gasto, referente aos serviços objeto deste, servirá tão somente de subsídio às licitantes na formulação das propostas e à administração para a fixação da despesa máxima, não se constituindo em qualquer compromisso futuro para o licitante vencedor, resguardado ao Município o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade dos valores mencionados.

1.6. Esta estimativa servirá apenas como parâmetro para a fixação do Gasto Máximo para cada lote, que poderá ser utilizado de acordo com os critérios, demandas e necessidades da administração, ficando a licitante vencedora obrigada a prestar os serviços elencados na tabela acima.

1.7. Para fins de prestação de contas ao SIM-AM TCE/PR e em observância ao inciso XXI do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná ficam estipulados os seguintes preços máximos:

1.8. A despesa máxima total fixada será de R\$ 43.576,66 (Quarenta e Três Mil, Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos), durante o período de 250 (duzentos e cinquenta) dias de vigência.

1.9. As despesas decorrentes do objeto deste termo correrão à conta dos recursos das rubricas orçamentárias constantes no orçamento atual, mas sem se limitar, às abaixo citadas.

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2016	1330	08.001.12.361.0012.2022	0	3.3.90.39.19.99	Do Exercício

2. DOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO PRAZO.

2.1. Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, mediante solicitação, considerando que todos os serviços especificados neste instrumento deverão ser executados pela empresa contratada, e o Município de Ventania, será responsável pelo deslocamento dos ônibus até a sede da contratada que estiver localizada a uma distância máxima de 270 (duzentos e setenta) quilômetros. A contratada cuja sede esteja localizada a uma distância acima de 270 (duzentos e setenta) quilômetros, o deslocamento dos ônibus será por conta da mesma.

2.1.1. A CONTRATADA, quando da solicitação do serviço, deverá seguir nos termos abaixo:

a) Após o recebimento da solicitação dos serviços a CONTRATADA terá um prazo máximo de 02 (dois) dias para iniciar a execução dos serviços solicitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

b) Os serviços deverão ser executados conforme solicitados, considerando que estes terão o prazo de entrega a ser previamente estipulado quando da entrega da solicitação dos serviços.

c) Para os serviços solicitados e realizados a CONTRATADA fica obrigada a garantir os mesmos por um prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

2.2. Se o contratado não cumprir com as solicitações ou com as obrigações estabelecidas no contrato, no edital e neste termo, estará sujeito às sanções previstas no edital, contrato e neste termo.

2.3. O recebimento de cada serviço realizado se dará pela aceitação pelo gestor responsável, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela contratada, visando o controle devido.

2.4. Os serviços deverão observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes do Código de Defesa do Consumidor Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em lei especial, quando for o caso.

2.5. No curso da execução dos serviços contratados, caberá ao Município, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela contratada, cabendo ao Município comunicar a esta, por escrito, as deficiências porventura verificadas nos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2.6. A presença da fiscalização do Município não elide nem diminui a responsabilidade da contratada.

2.7. O Município poderá recusar qualquer serviço quando entender que o mesmo, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que esteja irregular.

2.8. É responsabilidade do contratado, quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, em decorrência dos deslocamentos dos ônibus, ou serviços executados, incluindo-se também os danos causados a terceiros, a que título for.

2.9. As quantidades de cada solicitação serão determinadas de acordo com a necessidade do *Gestor*, dentro do período de vigência do contrato.

3. DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O **faturamento** será efetuado à medida que forem realizados os serviços, e o **pagamento** será em favor da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de entrega do faturamento, a aceitação dos serviços e atesto das Notas Fiscais/Faturas, e se dará por meio de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

3.1.1. A sua liberação fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND; e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

3.1.2. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura, será objeto de correção pela empresa e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

3.1.3. O Município não fará nenhum pagamento à contratada, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

3.2. Os preços ofertados e contratados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.2.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação acima, o Município, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar as propostas e iniciar outro processo licitatório.

3.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, para qualquer item, e, definido o novo preço a ser pago pelo Município, o proponente contratado será convocado para alteração, por aditamento.

3.3. Caso necessário a empresa contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da do contrato, os acréscimos que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

Dentre as avençadas no edital e na minuta contratual, são obrigações da Licitante:

4.1. Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição; e solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionado particularmente com a consecução do objeto;

4.2. Manter as condições que ensejaram sua contratação; e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem prévia e expressa anuência do Município;

4.3. Ser responsável por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de pagamento com eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, responsabilizando-se também por danos a terceiros; encargos sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

4.3.1. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais, acessórios e avarias causadas por seus empregados ou preposto ao contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

4.4. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Município;

4.5. A inadimplência da licitante vencedora com referência aos encargos sociais, não transfere à município a responsabilidade por seu pagamento;

4.7. Propor preço, considerando o valor da despesa decorrente de seu custo, da prestação do serviço, e ainda, caso seja necessária reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.8. Responsabilizar-se expressamente por quaisquer danos causados aos equipamentos e a outros bens de propriedade do Município, desde que, comprovadamente, tenham ocorrido quando da prestação dos serviços de manutenção ou sejam ocasionados por empregados da empresa ou prepostos;

4.9. Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, prestando todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelo Município, relacionados com os serviços a serem ou forem executados.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Dentre as constantes no edital e na minuta contratual, são obrigações do Município:

5.1. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a serem solicitados contratada, no sentido de proporcionar todas as condições para que a mesma possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato;

5.2. Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados podendo sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço quando o mesmo não estiver dentro das normas e especificações, inclusive, comunicar à contratada as irregularidades observadas na execução dos serviços;

5.3. Rejeitar no todo ou em parte os serviços em desacordo com as obrigações assumidas;

5.4. Solicitar os serviços conforme a necessidade, por intermédio das Secretarias a que cada veículo ou equipamento estiver vinculado; bem assim, devolver o que estiver com defeito ou fora de especificação, e solicitar sua substituição;

5.5. Efetuar o pagamento dos serviços executados, de acordo com cada faturamento aceite.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, aos vinte e um dias de julho de 2016.

Evandro Carlos Gonçalves Pinheiro
Secretário Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

ANEXO II

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2016, instaurado por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável da proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

ANEXO III

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2016.

DECLARAÇÃO

A empresa _____ com sede na Rua _____,
cidade de _____, CNPJ n.º _____, neste ato por seu responsável Sr.(a)
_____, **DECLARA** que:

- Assume inteira responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados.
- Se sujeita a todas as exigências, especificações e termos estabelecidos neste **Pregão Presencial** e seus **anexos**, bem como, sob as penas cabíveis, declara que,
- Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, relativamente ao trabalho do menor.

_____, em _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável da proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

ANEXO IV

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal

DECLARAÇÃO

(cumprimento da Lei nº 10.520/2002)

A licitante abaixo assinada, participante da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 26/2016**, por seu responsável legal, declara, na forma e sob as penas impostas pelo artigo 4º, inciso VII, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, **que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação, conforme exigidos pelo Edital em referencia.**

Por ser expressão da verdade, é o que temos a declarar, sob as penalidades da Lei.

_____, em _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável da proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada **fora** do envelope de documentação, haja vista que deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

_____ (nome do representante legal da licitante), portador do RG n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado no _____ (endereço), como representante devidamente constituído de _____ (nome da empresa licitante), inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, com sede no endereço _____, doravante denominada LICITANTE, para fins do disposto no item 8.1.4 do Edital de Pregão Presencial nº 26/2016 do Município de Ventania/PR, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do CP, que:

1. A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela LICITANTE, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 26/2016 do Município de Ventania/PR, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

2. A intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 26/2016 do Município de Ventania, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

3. Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 26/2016 do Município de Ventania/PR, quanto a participar ou não da referida licitação.

4. Que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial nº 26/2016 do Município de Ventania/PR, antes da adjudicação do objeto da referida licitação.

5. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer servidor do Município de Ventania antes da abertura oficial das propostas e

6. Que está plenamente ciente do firmá-la.

xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxx de xxxxxxxxxxxx de 2016.

(nome e assinatura do representante legal da proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

ANEXO VI

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial nº 26/2016.

SOLICITAÇÃO PARA PROTOCOLO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REQUERIMENTO

Através do presente, o(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, abaixo assinado, na qualidade de representante legal da proponente **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, participante da licitação em epígrafe, **REQUER** o protocolo do Recurso Administrativo constante do envelope anexo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, em xxx de **XXXXXXXXXXXX** de 2016.

(nome e assinatura do representante legal da proponente)

Obs.: Este Requerimento tem a finalidade única de, solicitar o protocolo de eventual Recurso contra o julgamento final da licitação, não devendo ser apresentado no envelope de documentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

ANEXO VII

Dados da empresa proponente

Ao Pregoeiro Municipal

PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2016

DECLARAÇÃO

A empresa _____ com sede na Rua _____,
cidade de _____, CPNJ n.º _____, neste ato por seu responsável legal Sr.(a)
_____, **DECLARA sob as penas da lei**, que:

- Possui no mínimo todas as ferramentas/equipamentos necessários para perfeita execução dos serviços.
- Possui mecânico especializado/habilitado.
- Possui Alvará de funcionamento.

_____, em _____ de _____ de 2016.

(nome e assinatura do responsável da proponente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

ANEXO VIII

MODELO

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016, instaurado por esta Prefeitura, **que não possuo parentesco até o 3º grau civil (afim ou consanguíneo) com servidor público municipal que direta ou indiretamente participou deste processo licitatório.** Na hipótese de não representar a realidade do que acima declaro, valerá como confissão de erro substancial à minha pessoa, considero-me, portanto, como incluso no artigo 299 do Código Penal (declaração falsa ou diversa do que deverá ser escrita, com o fim de criar obrigações).

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2016

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VENTANIA, E A EMPRESA**

De um lado o Município de Ventania, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 95.685.798/0001-69, com sede administrativa na Av. Anacleto Bueno de Camargo, 825, Centro, Ventania – PR. Representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Jose Luiz Bitencourt, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n.º, estabelecida a Rua, neste ato representado pelo Sr, portador da Carteira de Identidade RG PR e do CPF, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, tendo em vista a Lei de Licitações e Contratos Administrativos e em especial ao Pregão Presencial nº 26/2016, homologa em ____/____/2016, nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1. O presente contrato elaborado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, tem por objeto a reforma de onibus de placas IHR-7937 e BWD-7783 conforme discriminados a seguir, que a contratada se declara em plenas condições de executar, em estrita observância com o indicado no edital de licitação e seus anexos e na documentação levada a efeito pela licitação Pregão Presencial nº 26/2016, devidamente homologada pela CONTRATANTE, em ____/____/2016.

<ITENS.CONTRATO#T>

1.1.1. Os serviços acima discriminados serão realizados conforme forem sendo necessários.

1.2. O valor total global do presente contrato para a realização dos serviços objetos discriminados no item 1.1, é de R\$ <VALORCONTRATADO> (<VALORCONTRATADO#E>), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO, DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato reger-se-á pelos preceitos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98, e pelos demais dispositivos atinentes à espécie, inclusive com relação aos casos omissos.

2.2. O objeto do presente CONTRATO poderá sofrer acréscimos ou supressões quantitativas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

2.3. O presente contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E DO PRAZO

3.1. A prestação dos serviços deverá ser realizado por profissionais e por meios habilitados, mediante solicitação, considerando que todos os serviços especificados neste instrumento deverão ser executados pela contratada.

3.1.1. A CONTRATADA, quando da solicitação do serviço, deverá seguir nos termos abaixo:

a) Após o recebimento da solicitação dos serviços a CONTRATADA terá um prazo máximo de 02 (dois) dias para retirar os ônibus, e iniciar a execução dos serviços solicitados.

b) Os serviços deverão ser executados conforme demanda e necessidade do gestor, considerando que estes deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a retirada dos ônibus do pátio de máquinas da Prefeitura.

c) Para todos os serviços solicitados e realizados a CONTRATADA fica obrigada a garantir os mesmos por um prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da entrega dos serviços.

3.2. Se o contratado não cumprir com as solicitações ou com as obrigações estabelecidas no contrato, no edital e neste termo, estará sujeito às sanções previstas no edital, contrato e neste termo.

3.3. O recebimento de cada serviço realizado se dará pela aceitação pelo gestor responsável, que deverá ser anotada em “relatório” a ser efetivado pela contratada, visando o controle devido;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

**AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO
84345-000 – VENTANIA - PARANÁ**

3.4. O serviço deverá observar as especificações deste instrumento e as disposições constantes do Código de Defesa do Consumidor Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas em lei especial, quando for o caso.

3.5. No curso da execução do serviços contratados, caberá ao Município, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o cumprimento das especificações exigidas, sem prejuízo daquela exercida pela contratada, cabendo ao Município comunicar a esta, por escrito, as deficiências porventura verificadas nos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3.6. A presença da fiscalização do Município não elide nem diminui a responsabilidade da contratada.

3.7. O Município poderá recusar qualquer serviço quando entender que o mesmo, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que esteja irregular.

3.8. É responsabilidade do fornecedor, quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, em decorrência dos serviços executados, incluindo-se também os danos causados a terceiros, a que título for.

3.9. As quantidades de cada solicitação serão determinadas de acordo com a necessidade do *Gestor*, dentro do período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DO REGIME E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

4.1. O **faturamento** será efetuado à medida que forem realizados os serviços, e o **pagamento** será em favor da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de entrega do faturamento, a aceitação dos serviços e atesto das Notas Fiscais/Faturas, e se dará por meio de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

4.1.1. A sua liberação fica condicionada à apresentação de cópia da guia de quitação junto ao INSS, através de CND; e da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRF.

4.1.2. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura, será objeto de correção pela empresa e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

4.1.3. O Município não fará nenhum pagamento à contratada, antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

4.2. Os preços ofertados e contratados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inc. II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4.2.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação acima, o Município, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar as propostas e iniciar outro processo licitatório.

4.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, para qualquer item, e, definido o novo preço a ser pago pelo Município, o proponente contratado será convocado para alteração, por aditamento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DA CONTRATADA

5.1.1. Cumprir fielmente, os compromissos avençados, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição; e solucionar os problemas que porventura venham a surgir, relacionado particularmente com a consecução do objeto;

5.1.2. Manter as condições que ensejaram sua contratação; e não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem prévia e expressa anuência do Município;

5.1.3. Ser responsável por todas as despesas inerentes aos serviços contratados, inclusive as de pagamento com eventuais acidentes de trabalho ou danos de qualquer espécie, aqui entendido, quaisquer envolvidos, responsabilizando-se também por danos a terceiros; encargos sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com o objeto contratual;

5.1.4. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais, acessórios e avarias causadas por seus empregados ou preposto ao contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

5.1.5. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Município;

5.1.6. A inadimplência da licitante vencedora com referência aos encargos sociais, não transfere à município a responsabilidade por seu pagamento;

5.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.1.8. Responsabilizar-se expressamente por quaisquer danos causados aos equipamentos e a outros bens de propriedade do Município, desde que, comprovadamente, tenham ocorrido quando da prestação dos serviços de manutenção ou sejam ocasionados por empregados da empresa ou prepostos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

5.1.9. Sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, prestando todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelo Município, relacionados com os serviços a serem ou forem executados.

5.2. DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a serem solicitados contratada, no sentido de proporcionar todas as condições para que a mesma possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato;

5.2.2. Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados podendo sustar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço quando o mesmo não estiver dentro das normas e especificações, inclusive, comunicar à contratada as irregularidades observadas na execução dos serviços;

5.2.3. Rejeitar no todo ou em parte os serviços em desacordo com as obrigações assumidas;

5.2.4. Solicitar os serviços conforme a necessidade, por intermédio das Secretarias a que cada veículo ou equipamento estiver vinculado; bem assim, devolver o que estiver com defeito ou fora de especificação, e solicitar sua substituição;

5.2.5. Efetuar o pagamento dos serviços executados, de acordo com cada faturamento aceite.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.4. Se a contratada que incorrer em infrações administrativas fica sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista neste instrumento e no edital de licitação;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

6.5. As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.6. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique a entrega dos serviços solicitados dentro do prazo estipulado.

6.7 Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do serviço solicitado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida.

6.7.1. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 6.8.

6.8. Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 6.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

6.9. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

6.10. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

6.11. A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

6.12. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

6.13. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

6.14. Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

6.15. A aplicação da multa não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste, e no Edital de licitação e na legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA

CNPJ 95.685.798/0001-69

AV. ANACLETO BUENO DE CAMARGO, 825 – CENTRO

84345-000 – VENTANIA - PARANÁ

6.16. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a contratada se:

6.16.1. incorrer em inexecução contratual.

6.17. A aplicação da sanção prevista deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ventania.

6.18. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pelo Órgão Administrador. **O não cumprimento deste Contrato sujeitará a CONTRATADA a todas as penalidades previstas na Lei 8666/93, 10.520/02, bem como em todas as penalidades e sanções previstas no Edital de licitação do Pregão Presencial nº 26/2016, nos termos e procedimentos ali especificados.**

6.19. Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a Compromitente inadimplente as demais penalidades previstas nos art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir, o presente contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos: (a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida; (b) quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE; (c) quando houver atraso na entrega do serviço pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas do prazo acordado quando da solicitação a contratada, sem justificativa aceita; (d) quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.

7.2. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos de entrega dos bens fornecidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Tibagi, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA.

Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ventania, aos <DATAINICIOVIGENCIA#E>.

ASSINATURAS